

AULA 07

Limites e possibilidades da pesquisa social

Ana Paula Karruz

Metodologia (DCP033)

09 de junho de 2021

FONTE: FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012 (cap. 1: “Por que pesquisa social”, p. 15-20)

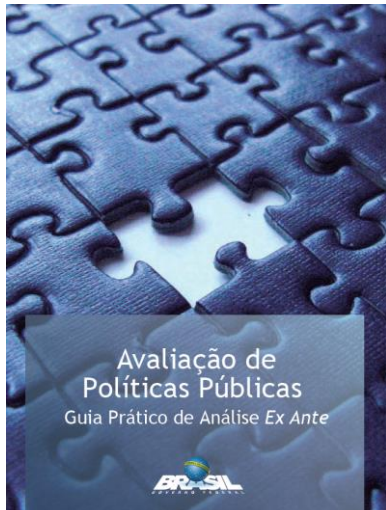
Teorias do cotidiano vs. Pesquisa social

Teorias do cotidiano

- Buscam por causas e explicações
- Conhecimento baseado nas experiências das pessoas
- São testadas pragmaticamente com base na sua capacidade de resolver problemas
- Não é relevante se a explicação/ solução se aplica a outras pessoas ou em geral

Pesquisa social

- Busca o desenvolvimento e a testagem de teorias
- **Conhecimento baseado em investigação sistemática, que aplica métodos (e.g., revisão sistemática da literatura, survey)**
- Idealmente, acontece em situação isenta de pressão para agir: período mais longo de análise, sem pressão por uma solução imediata
- Generalização do mais conhecimento é mais importante que a resolução de um problema específico



Nas primeiras décadas do século XX, acreditou-se, nos Estados Unidos, que a proibição absoluta da produção e do consumo do álcool, ao invés de sua regulação, levaria à redução drástica da criminalidade. O que se viu foi exatamente o contrário, pois a proibição absoluta levou ao crescimento do contrabando e do crime organizado. A teoria da política era de que combater a produção e a venda da mercadoria extirparia o hábito do consumo de álcool e pouparia o país de suas consequências mais nefastas. Os fatos a desmentiram.

Brasil (2018, p. 94)

https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf

A pesquisa social aborda as questões de uma maneira sistemática

Pesquisa social

- Busca o desenvolvimento e a testagem de teorias
- **Conhecimento baseado em investigação sistemática, que aplica métodos (e.g., revisão sistemática da literatura, *survey*)**
- Idealmente, acontece em situação isenta de pressão para agir: período mais longo de análise, sem pressão por uma solução imediata
- Generalização do mais conhecimento é mais importante que a resolução de um problema específico

Nem toda pesquisa social trabalha com hipótese, mas toda pesquisa sistemática é guiada por perguntas de pesquisa (uma ou mais)

Componentes típicos da investigação sistemática empírica:

Questões de pesquisa são formuladas



Questões são contextualizadas no **conhecimento existente (literatura)**: o que já se sabe? Com base no que já se sabe, quais as respostas esperadas (i.e., **hipóteses**)?



Plano para endereçar essas questões é definido, especificando o **tipo de dado (evidência) útil**



Dados são coletados/ produzidos e analisados usando-se **métodos específicos**



Fenômenos estudados são **descritos (e às vezes explicados)**



Resultados (i.e., resposta às questões de pesquisa) são **contrastados com hipóteses** e conhecimento anterior de modo mais amplo

Definição de pesquisa social

*Pesquisa social é a **análise sistemática das questões de pesquisa** por meio de **métodos empíricos** (p. ex., perguntas, observação, análise de dados). Seu objetivo [mais amplo] é **fazer afirmações de base empírica que possam ser generalizadas ou testar essas declarações. Várias abordagens** podem ser distinguidas e também vários campos de aplicação (saúde, educação, pobreza, etc.). **Diferentes objetivos podem ser buscados**, variando desde uma descrição exata de um fenômeno até sua explanação ou a avaliação de uma intervenção ou instituição.*

Flick (2012, p. 18)

O que não devemos esperar da pesquisa social

*A pesquisa social tem seus limites. Por exemplo, o **objetivo de desenvolver uma única grande teoria** para explicar a sociedade e os fenômenos que existem dentro dela [...] não pode ser alcançado. E não existe um método que estude todos os fenômenos relevantes. Além disso, não se pode esperar que a pesquisa social vá proporcionar **soluções imediatas para problemas atuais e urgentes**. Em todos os três níveis [o contexto do desenvolvimento do conhecimento; as maneiras de desenvolver o conhecimento e o estado do conhecimento que é produzido; e as relações mútuas entre o conhecimento do cotidiano e a ciência], temos que **conter nossas expectativas com relação à pesquisa social e buscar objetivos mais realistas**.*

Flick (2012, p. 21)

Tarefas da pesquisa social: construção do conhecimento, solução de problemas práticos, apoio à tomada de decisão

Tabela 1.3 TAREFAS E ÁREAS DE PESQUISA DA PESQUISA SOCIAL

Área de pesquisa	Características	Objetivos	Exemplo	Os estudos se referem a
Pesquisa básica	Desenvolvimento ou testagem de teorias	Declarações gerais sem um vínculo específico com as práticas	Confiança nos relacionamentos sociais	Amostra aleatória de estudantes ou grupos não específicos
Pesquisa aplicada	Desenvolvimento ou testagem de teorias em campos práticos	Declarações referentes ao campo específico	Confiança nas relações médico-paciente	Médicos e pacientes em um campo específico
Pesquisa de ação participatória	Análise dos campos e sua mudança concomitante	Intervenção no campo em estudo	Análise e melhoria na assistência a migrantes	Pacientes com uma origem étnica específica, que são (não suficientemente) apoiados pelos serviços de cuidado domiciliar disponíveis
Avaliação	Coleta e análise dos dados como uma base para avaliação do sucesso e do fracasso de uma intervenção	Avaliação de serviços e mudanças institucionais	Melhoria das relações de confiança entre médicos e pacientes em um campo específico com melhores informações	Pacientes em um campo específico
Monitoramento da saúde	Documentação de dados relacionados à saúde	Levantamento dos desenvolvimentos e mudanças no estado de saúde da população	Frequências de doenças ocupacionais	Dados de rotina dos seguros-saúde

Fonte: Flick (2012, p. 20).

Exemplo: Pesquisa básica

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1332

**A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO
CIENTÍFICO SOBRE POBREZA:
EM DIREÇÃO A UMA
VISÃO COMPLEXA**

Ana Luiza Machado de Codes

Brasília, abril de 2008

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf

SINOPSE

Este trabalho se propõe a contribuir para o estudo da pobreza ao delinear a trajetória do pensamento científico sobre o tema. A questão veio a se constituir em objeto de investigação científica a partir da Revolução Industrial, quando a preocupação em medir sua dimensão e compreender as suas causas passou a atrair a atenção de pesquisadores e governantes. Desde então, as acepções sobre o problema têm evoluído, em direção a uma compreensão mais complexa sobre a matéria. A noção inicialmente cunhada – a da “subsistência”, que definia a pobreza com base no critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo – somaram-se outras formulações mais abrangentes. Um primeiro passo em relação à ampliação do conceito veio com a formulação das “necessidades básicas”, que instaurou a perspectiva de que a pobreza tem várias faces, manifestando-se por intermédio de diversos tipos de carências. A partir daí, desdobraram-se outras formulações, como a da “privação relativa”, centrada na noção de que a pobreza deve ser definida socialmente, e a da “privação de capacidades”, que se caracteriza por desenvolver uma reflexão de caráter mais abstrato sobre a natureza do objeto, remetendo a discussão aos campos da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade. Tal evolução conceitual não significa que as formulações mais antigas tenham sido descartadas pelas mais recentes. Observa-se, ainda nos dias de hoje, a coexistência de todas elas. Entretanto, nota-se que os atuais debates sobre o tema tendem a enfatizar a idéia de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados.

Exemplo: Pesquisa aplicada

Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada

Revista de
Sociologia
e Política

DOI 10.1590/1678-987315235406

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/sDTDHw5t5KKyxkzQfLFgvNQ/?lang=pt>

Ednaldo Aparecido Ribeiro, Julian Borba
e Rafael da Silva

Resumo

Pela sua centralidade no regime democrático, a participação eleitoral é objeto privilegiado de muitos politólogos. Em geral, os estudos se voltaram para a realidade dos países desenvolvidos, abordando, entre outros temas, o comparecimento eleitoral e seus determinantes. Poucas são as pesquisas que contemplam, pelo menos de forma consistente, os regimes democráticos de terceira onda, especialmente os latino-americanos. Procurando contribuir para suprir essa lacuna, o presente artigo procurou mapear os determinantes do comparecimento eleitoral na América Latina, rompendo com a dicotomia macro *versus* micro, integrando-as em um único modelo analítico. Foram utilizados dados do Latinobarômetro, em sua rodada de 2009, dos quais extraímos as variáveis de nível micro (individual) e uma base de dados com informações macro dos países onde vivem os eleitores. Essas últimas medidas sintetizam a situação da economia dos países, características do seus sistemas eleitorais e a situação das liberdades políticas e individuais, entre outras. Os dados foram combinados em um modelo de regressão logística multinível com o uso do software HLM 6.8. A dimensão ecológica se mostrou importante, sendo que o aumento da população urbana implica o aumento das chances do eleitor comparecer, enquanto que a elevação do PIB implica redução nessa probabilidade. Do ponto de vista da configuração do legislativo, ser bicameral reduz as chances de comparecimento dos eleitores às urnas. Além disso, a obrigatoriedade do voto eleva expressivamente o comparecimento eleitoral. Quanto às variáveis individuais, o aumento dos anos de vida é acompanhado pelo aumento da participação eleitoral, assim como a escolaridade. Da mesma forma, ser favorável a democracia promove a propensão a participar do pleito, bem como considerar que as eleições ocorrem de forma limpa e transparente. O artigo contribui para o debate ao focalizar as eleições latino-americanas, já que estudos desse tipo têm sido conduzidos apenas nas democracias consolidadas. Sua relevância é ainda reforçada em razão da identificação de algumas importantes discrepâncias em relação aos resultados normalmente encontrados nesses contextos de longa tradição democrática, como os efeitos negativos do PIB e da efetividade governamental. Por fim, o que os dados indicam é que o comparecimento eleitoral na América Latina é a “voz” dos cidadãos portadores de maiores recursos, que valorizam a democracia e suas instituições, mas que estão insatisfeitos com a economia e que vivem em contextos de baixa efetividade na atuação dos governos.

Exemplo: Pesquisa de ação participatória

Participação, produção de conhecimento e pesquisa avaliativa: a inserção de diferentes atores em uma investigação em saúde mental

<https://www.scielo.br/j/csp/a/C36SDSx3pxnTjXWWTZtdyqg/?lang=pt>

Juarez Pereira Furtado ¹
Rosana Onocko Campos ²

Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2671-2680, nov, 2008

Resumo

No presente texto apresentamos considerações sobre pesquisa avaliativa qualitativa e participativa com base em investigação desta natureza realizada junto a uma rede municipal de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A coordenação do complexo processo, bem como as potencialidades e limites do estabelecimento de parcerias para a realização de trabalhos de investigação avaliativa qualitativa em saúde mental, com a inclusão de diferentes atores sociais, são aqui discutidas. Concluímos que a pesquisa avaliativa qualitativa aliada à perspectiva de inclusão de distintos pontos de vista dos vários segmentos envolvidos é a que melhor se adequa à compreensão dos muitos desdobramentos oriundos da implementação de serviços ligados ao movimento de reforma psiquiátrica brasileira, dado as especificidades inerentes ao campo da saúde mental.

Exemplo: Avaliação



SINOPSE

A superação da violência doméstica é um dos grandes desafios das políticas públicas no Brasil. A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), sancionada em 2006, representou um marco institucional importante nesse caminho, pois procurou tratar de forma integral o problema da violência doméstica, e não apenas da imputação de uma maior pena ao ofensor. Com efeito, a nova legislação ofereceu um conjunto de instrumentos para possibilitar a proteção e o acolhimento emergencial à vítima, isolando-a do agressor, ao mesmo tempo que criou mecanismos para garantir a assistência social da ofendida. Contudo, mais de oito anos após a sanção da LMP, há uma completa lacuna acerca de estudos empíricos que procurassem avaliar o seu efeito, que foi o objeto deste trabalho. Construimos um modelo de diferenças em diferenças, em que os homicídios contra mulheres que ocorreram dentro das residências foram confrontados com aqueles que acometeram os homens. Nossos resultados indicaram que a lei cumpriu um papel relevante para conter a violência de gênero, ainda que sua efetividade não tenha se dado de maneira uniforme no país, uma vez que a sua eficácia depende da institucionalização de vários serviços protetivos nas localidades, que se deu de forma desigual no território.

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048k.pdf

Exemplo: Monitoramento

Padrões distintos de bem-estar no Brasil: uma análise temporal

Natália Guimarães Duarte Sátyro

Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto, 2014, p.219-251

Resumo: O objetivo do artigo é mostrar a existência de diferentes mundos de bem-estar no Brasil. Sugerimos aqui tanto a existência de distintos mundos de bem-estar entre os estados brasileiros quanto uma mudança fundamental em nosso sistema de proteção social no período posterior à Constituição de 1988. A conclusão é que a discrepância entre os mundos de bem-estar encontrados nos estados nos permite dizer que no Brasil há categorias distintas de cidadãos, com acessos diferenciados a serviços básicos. Os estados apresentam distintos legados e, portanto, distintas trajetórias nas três décadas analisadas, mas há uma tendência à convergência nesse bem-estar. Essa heterogeneidade se traduz em padrões distintos de segurança social. Para isso, a metodologia utilizada foi basicamente análise descritiva através de séries temporais e análise de conglomerado.

<https://www.scielo.br/j/op/a/4dZMhpmrdwMvZWgJvyYsBJm/?lang=pt>

AULA 07

Limites e possibilidades da pesquisa social

Ana Paula Karruz

Metodologia (DCP033)

09 de junho de 2021

FONTE: FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012 (cap. 1: “Por que pesquisa social”, p. 15-20)